

Tradição e valorização: a importância cultural do boi de janeiro em Rubim (MG)¹

Lavínia Botelho e Brito (UFMG)

Palavras-chave: boi de janeiro; patrimônio imaterial; tradição.

1. A Folia de Reis

As Folias são patrimônio estadual de Minas Gerais e são importante símbolo regional, com uma origem muito antiga. Com valores cristãos e elementos pagãos de festas populares da Roma pré-cristã, as festividades incluíam interpretações teatrais, danças, rituais e músicas. Suas datas seriam desde o século III e “com o passar dos anos, especialmente após a conquista da Península Ibérica por Roma, essas comemorações ecoaram por todo império e as festividades locais passaram a incorporar elementos vinculados aos cultos romanos.” (IEPHA, 2016, p. 16).

Entre os séculos XI ou XII começaram a acontecer, na Península Ibérica, formas de representação teatral da chegada dos Reis Magos na visita a Jesus. Foi feito o “Auto dos Reis Magos” em Portugal por Gil Vicente, com cortejo até o presépio da igreja feito por músicos e dançarinos que entoavam cânticos chamados “*villancicos*”. Esses eram considerados profanos e normalmente usados por ciganos, negros e pobres, sendo só posteriormente adicionadas ao lugar de sagrado e à celebração dos Santos Reis oficialmente. Assim, esse caráter popular está presente desde o começo da tradição, de modo que são seguidos vários hábitos nesses cortejos que se assemelham ao modo como os ciganos viviam nas cidades, com seus instrumentos e estandartes (IEPHA, 2016).

Ao falar de cultura popular, trago o conceito de Stuart Hall (2003):

Portanto, opto por uma terceira definição para o termo “popular”, embora esta seja um tanto incômoda. Essa definição considera, em qualquer época, as formas e atividades cujas raízes se situam nas condições sociais e materiais de classes específicas; que estiveram incorporadas nas tradições e práticas populares. Neste sentido, a definição retém aquilo que a definição descritiva tem de valor. Mas vai além, insistindo que o essencial em uma definição de cultura popular são as relações que colocam a “cultura popular” em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante. (HALL, 2003, p. 257)

Como mencionado acima, a Folia de Reis tem seu início no contexto ibérico e chega ao Brasil através da colonização, também fazendo parte da dominação religiosa imposta pelos portugueses. Mas, da mesma maneira que sua origem foi influenciada pelas

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024);

margens da sociedade ibérica com os ciganos e negros, no Brasil, a Folia chegou até o interior do país e assumiu novas modelagens. Se afastando cada vez mais do culto católico sagrado e imaculado, a Folia dá a oportunidade de as comunidades mais esquecidas aparecerem e usarem da rua para performar a sua celebração, desafiando aquilo que é dominante, vivenciado do lado de dentro das grandes igrejas.

Ana Lúcia Valente (1994) fala sobre o catolicismo popular e como essa forma da religião que se desenvolveu no Brasil, após ser forçada pelos portugueses, se deu com a junção de culturas e crenças indígenas e africanas. Essa expressão se caracterizaria principalmente pela devoção aos santos, “portanto, o que caracterizaria o catolicismo popular é a privatização do homem com os seres sagrados. Ou ainda, no catolicismo popular prevalecem as relações de reciprocidade [...]” (VALENTE, 1994, p. 57).

Nessa forma de expressão da religião, os chamados “leigos” seriam os próprios agentes responsáveis por suas práticas e representações. Com a romanização² da religião, o catolicismo popular foi desvalorizado e a devoção aos santos tradicionais desincentivada. Mesmo assim, essa manifestação ainda existe atualmente, fragmentada em lugares mais interioranos (OLIVEIRA, 1976 *apud* VALENTE, 1994). Desse modo, o “catolicismo romanizado” seria uma forma de “identidade legitimadora”, proveniente das instituições dominantes, como racionalização de sua dominação sobre os atores sociais; e aquele considerado popular representaria uma “identidade de resistência”, “que é produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante.” (MUNANGA, 2005, p. 3).

No município de Rubim, localizado no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, a tradição da Folia de Reis apresenta muita força, principalmente por suas duas principais folias terem sido acompanhadas do “boi de janeiro”, importante elemento da tradição do município. A Folia dos “Pé Roxo”, nome mais conhecido do Grupo Terno das Estrelas, e a Folia dos “Coquis” surgiram ambas de promessas feitas aos Santos Reis em troca de saúde, que foram passadas e cumpridas por gerações. O boi de janeiro se fez presente em ambas as folias e existe há mais de 50 anos na cidade; sendo que o boi dos Pé Roxo parou de sair por volta de 2018 e o dos Coquis continua se apresentando até os dias atuais, em 2024.

² Unificação da autoridade religiosa em clérigos, para garantir o controle do ritual, seguindo as normas em voga na Europa (Valente, 1994).

Ambos os grupos foram formados por mulheres negras, e tiveram continuidade dentro de suas próprias famílias, mantendo tradições antigas. Haveria um relacionamento “direto” entre aquelas que fizeram as promessas e os Santos Reis, que concederam as graças pedidas; ou seja, não seria necessário um mediador institucional ou a autoridade eclesiástica da Igreja.

Figura 1. Boi de janeiro e Folia de Reis dos Coquis



Fonte: De autoria própria

2. A ONG Vokuim:

Para além de uma tradição religiosa, a Folia de Reis, com enfoque na dos Coquis, é também um marco cultural muito relevante para a comunidade que a celebra. Manter esse costume por mais de 50 anos, no caso do boi, exige um esforço e comprometimento tremendos de todas as partes envolvidas. Para que uma comunidade consiga perpetuar suas celebrações, tradições e rituais, é necessário que haja um apoio maior, partindo da intenção de valorização da cultura local.

A ONG Vokuim é uma importante instituição de apoio à cultura local de Rubim, de modo a incentivar a cultura popular local e buscar meios financeiros de apoiá-los. Pude conversar com Alba Valéria Dutra, pedagoga e mestre em educação que atualmente está à frente dessa organização, para entender melhor o propósito pelo qual essa foi criada e o que foi possível alcanças através dela. Alba, então, me informou que a ONG surgiu no

ano 2000 como um movimento para auxiliar as pessoas em situação de vulnerabilidade e insegurança alimentar e de saúde.

Aproximadamente em 2008, a ONG começou a desenvolver alguns trabalhos mais voltados para as áreas de educação e cultura, quando começaram a ser feitas oficinas de contadores de história, de mediação, de leitura, grupos de teatro e outros. Alba assumiu a diretoria da Vokuim em 2009, após nova eleição e nesse ano começou a realizar ações junto aos grupos do boi de janeiro da cidade.

Foi construído um projeto junto a diversos grupos culturais da cidade, como o de dança de rua e o de teatro, além do grupo dos Pé Roxo, para conseguir o fomento do edital de Pontos de Cultura, para apoio às atividades realizadas junto à organização. O projeto foi aprovado em agosto de 2009 e a primeira parcela anual foi paga em junho de 2010. Então, a Folia Terno das Estrelas pôde comprar tudo aquilo que precisava para suas apresentações: sanfona, viola, pandeiro, reco reco, caxixi, tecidos, roupas novas, entre outros.

Desse modo, ao ver como o grupo dos Pé Roxo foi beneficiado através da participação no edital, o grupo dos Coquis começou a se aproximar da ONG e participar das oficinas, como a de tambores, realizada pelo Mestre Antônio. Com essa aproximação, o grupo buscou que a organização intermediasse sua relação com a prefeitura, explicando a necessidade de valorização daquela cultura tradicional. Alba falou então com a governança municipal sobre como a Folia de Reis “é muito importante, é o tecido cultural de Rubim, é a prática mais fundante do movimento cultural de Rubim, é preciso valorizar isso.” (DUTRA, 2023).

Em novo edital para mestres da cultura popular, Dona Maria Coqui foi então reconhecida como tal e recebeu um recurso financeiro, com o qual foi possível reformar sua casa e comprar uma sanfona. A partir disso, os Coquis foram sendo incluídos em todas as oportunidades possíveis, em projetos menores, havendo também um pedido à câmara que reconhecesse e salvaguardasse a Folia de Reis da cidade.

O trabalho da ONG é feito através da participação em editais, buscando o recurso e executando as ações dentro de cada um especificamente, mas às vezes são feitas algumas doações pontuais, como do pano do boi, de enfeites, foguetes, comida, etc, por parte da população.

Em 2020, a Lei Aldir Blanc possibilitou que o Ponto de Cultura recebesse suporte financeiro para a sua manutenção, sendo possível continuar trabalhando durante a pandemia de Covid-19.

3. Definindo o patrimônio imaterial

Esses editais são formas de o governo oferecer possibilidades de oportunidades financeiras para os projetos culturais e ajudar a mantê-los, além de auxiliar aqueles que os lideram. São várias as instituições que abarcam o chamado “patrimônio imaterial”.

Estamos então tratando de bens culturais de um tipo essencial, isto é, de processos ou de bens “vivos”, cujo principal repositório é a mente, e cujo principal veículo é o corpo humano. Processos cuja existência depende diretamente dos indivíduos, grupos ou comunidades que são seus detentores ou portadores – e, com isso, qualquer possibilidade de fruição, de acesso ou de uso. A salvaguarda nesse campo deve, portanto, estar mais orientada para a valorização do ser humano e para o registro do seu saber do que para a preservação ou valorização de objetos e produtos. (SANT’ANNA, 2008, p. 7)

Ao pensar nesses bens culturais e no papel e presença deles na nossa sociedade, é preciso também entender as formas que eles são reconhecidos. Para que haja a valorização do ser humano e seu saber, evidenciada por Sant’Anna (2008), são necessárias políticas públicas que se iniciam com a instituição de conceitos a serem estabelecidos e reforçados.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) divide o Patrimônio Cultural Imaterial em quatro esferas, ao instituir o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro e criar o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial em 2000:

I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000).

A definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) abrange os seguintes itens:

- as tradições e expressões orais, incluindo a língua como vector do património cultural imaterial;
- as artes do espectáculo;
- as práticas sociais, rituais e acontecimentos festivos;

- os conhecimentos e práticas que dizem respeito à natureza e ao universo;
- os saberes fazer ligados ao artesanato. (LEAL, 2009, p. 289)

Ambas as instituições apresentam definições que abarcaria o boi de janeiro, por sua exibição como prática social e ritual, além da celebração e festividade. Ou seja, tradições como essa já são observadas e registradas a muito tempo, a fim de garantir a elas direitos, a possibilidade de continuar acontecendo e de serem mais conhecidas e divulgadas, através de uma forma de valorização cultural da mesma.

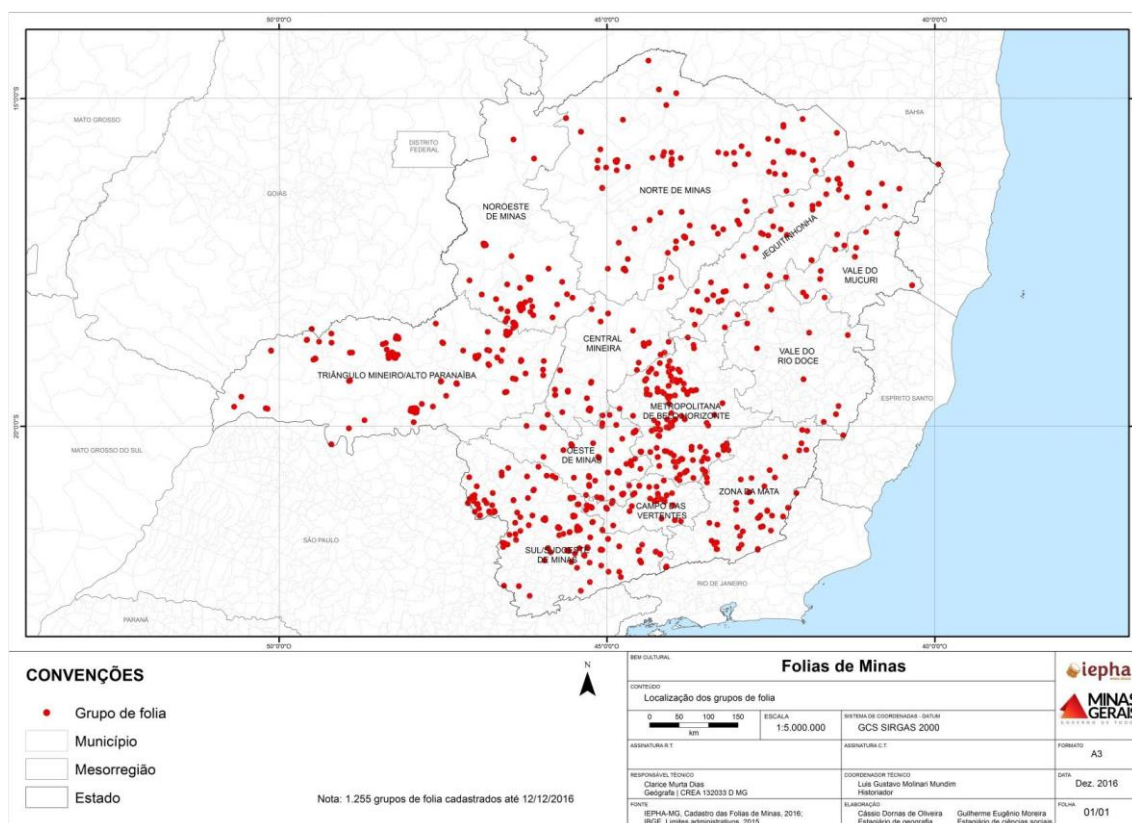
Essa parcela do patrimônio cultural foi por muito tempo deixada de lado, ao sempre tratarem o material como centro da discussão de acautelamento. Diferente desse, o patrimônio imaterial é mutável e está em constante transformação, exigindo formas diferentes de proteção que visariam abarcar um maior número dessas expressões culturais (FONSECA, 2003). Com a instituição do Decreto 3551/2000 citado acima, as folias puderam começar a ser vistas com maior relevância cultural e participantes ativas da construção de identidade nacional. Assim, o simbólico passaria a exercer um lugar de celebração e resgate da cultura brasileira, onde essa pode ser experienciada e refletida. Não se prende a um único lugar, mas usa desse como referência e espaço de criação de memórias, criando trocas entre a intangibilidade e aquilo que se faz presente à sua volta.

No estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha) deu início ao “Projeto de Inventário Cultural para fins de Registro das Folias de Minas Gerais” em 2015. Através desse, buscavam conhecer e registrar as variadas características que compunham os grupos de folias, companhias, charola e ternos de todo o estado (IEPHA, 2016). Dentro do projeto, surgiu então o “Cadastro das Folias de Minas”, em que se tornou possível que indivíduos, grupos ou instituições interessadas cadastrassem as informações sobre as folias, com a intenção de mapeá-las e fornecer maior incentivo para sua preservação. A plataforma criada para tal função existe até hoje e recebe novos cadastros realizados por pessoas que tem um contato com o grupo identificado, e seus registros podem ser consultados nos acervos do IEPHA/MG (IEPHA, 2016).

As Folias são explicadas pelo Instituto como demonstrações de âmbito tanto cultural como religioso que celebram santos dos quais são devotos, sendo os mais comuns nessas manifestações, os Reis Magos e São Sebastião, além da devoção também declarada ao Menino Jesus. É presente o uso de instrumentos, como o tambor, o violão, o pandeiro, a

viola, a sanfona, entre vários outros; e também a participação de um capitão, os personagens dos Santos Reis, palhaços e o uso da bandeira e de vozes. O mapeamento apresenta gráficos ilustrando e quantificando essas informações e outras, como o número de participantes por grupo (quantidade mais comum de membros das folias é de 10 a 20 integrantes), o número de grupos criados por decênio (a maioria foi criada entre 1960 e 1970), e as regiões do estado com maior concentração de folias, separando também pela devoção de cada santo.

Figura 2. Mapa da distribuição de Folias no estado de Minas Gerais



Fonte: Cadastro das Folias de Minas Gerais. *Inventário das Folias de Minas* (Iepha-MG)

Na lista de Folias cadastradas do Iepha (2016), a Folia dos Coquis se faz presente com sua devoção aos Santos Reis, São Sebastião e Bom Jesus da Lapa; a presença de Reis, bandeira e vozes; o uso do pandeiro, caixa (tambor), viola, sanfona, pífano e triângulo, e a duração da folia de 1 a 7 de janeiro. Já a Folia de Reis dos Pé Roxo não se encontra na lista, podendo ser pelo fato de ter diminuído seus trabalhos antes do projeto se iniciar.

O impacto da atuação do Movimento Folclórico Brasileiro foi grande e consagrou certas expressões populares como especialmente características de uma originalidade cultural nacional. No amplo conjunto de iniciativas então empreendidas em prol do conhecimento e valorização das expressões

populares, vale destacar a relevância do estudo dos folguedos, compreendidos como uma totalidade viva que articulava no ambiente festivo uma variedade de formas expressivas: poesia oral, dança, música, artesanias, culinárias, tradições religiosas (CAVALCANTI, 2013, p. 4).

As tradições regionais são muito amplas e configuram a maior parte dessa “variedade de formas expressivas” citadas por Cavalcanti (2013). Dentro dos pequenos municípios, há um oceano de criatividade e beleza que muitas vezes é pouco explorado e valorizado pela própria comunidade local. Mesmo com o crescimento nesse destaque, são muitas as formas culturais e muitos lugares diferentes que não são vistos e, por isso, precisam de incentivo. As pequenas cidades não alcançam sua própria população para falar sobre cultura e o quanto ela é necessária; tantos jovens que poderiam estar em oficinas de música, teatro, dança, mas que não percebem tais talentos em si, ou não conseguem as oportunidades para tal.

O autor Gilmar Rocha fala em seu texto “Cultura popular: do folclore ao patrimônio” (2009) sobre a trajetória das Ciências Sociais em relação ao Patrimônio Cultural, mencionando o contexto do Iluminismo e da emergência do Evolucionismo Social como o momento em que, para se contrapor a tais movimentos, estudiosos passaram a defender as festas, músicas e danças populares como parte da cultura que não poderia cair no esquecimento e serviam como preservação do “espírito do povo”.

Para Rocha (2009), o campo da cultura popular seria repleto de possibilidades de interfaces de diferentes áreas das Ciências Humanas e Sociais. Ele o chama de “região epistemológica”, com participação de assuntos presentes no estudo do folclore, patrimônio cultural e da cultura nacional. A partir disso, poderia ser elaborada uma “arqueologia da cultura popular” no Brasil, onde se destacaria um conceito totêmico dessa cultura, de modo que o objeto da pesquisa promoveria “um exercício fecundo de reflexão epistemológica sobre o campo discursivo da ciência.” (ROCHA, 2009, p. 220)

Quando pensamos em patrimônio cultural e em como seus conceitos são construídos, é preciso pensar no próprio significado e demonstração da cultura analisada. Apesar de buscarmos definições que abarquem vários tipos de manifestações e criações, não é possível inferir uma cultura única ou similar entre todos os lugares observados.

Os contextos de cultura são perpetuados e estendidos por atos de objetificação, pela sua invenção *uns a partir dos outros* e *uns por meio dos outros*. Isso significa que não podemos apelar para a força de algo chamado “tradição”,

"educação" ou orientação espiritual para dar conta da continuidade cultural-ou, na verdade, da mudança cultural. As associações simbólicas que as pessoas compartilham, sua "moralidade", "cultura", "gramática" ou "costumes", suas "tradições", são tão dependentes de contínua reinvenção quanto as idiossincrasias, detalhes e cacoetes que elas percebem em si mesmas ou no mundo que as cerca (WAGNER, 2010, p. 94).

Somente o conceito de “tradição” não é o suficiente para sustentá-la; é preciso que exista uma vontade ativa da população envolvida para buscar formas de manter a festividade viva e de forma que ainda faça sentido para aqueles que a perpetuam. É necessário um trabalho colaborativo de explicação, divulgação e inovação para que as pessoas continuem apreciando e levando para frente esses esforços. A Folia dos Pé Roxo criou o Grupo Terno das Estrelas Mirim, composto por crianças e adolescentes, de modo que, ao inspirar os meninos a fazer seu próprio boi, sua forma se adaptou às necessidades daquelas pessoas. Diferente do original, os jovens agora estavam à frente, com um boi menor e com o qual eles mesmos podem fazer as escolhas criativas.

Sendo passado adiante através da explicação oral e de registros audiovisuais, o boi de janeiro vai se reinventando. Não somente recebe as influências do tempo, mas também de outros lugares, já que espalhados pelo Brasil existem inúmeras formas de representar e celebrar o boi. Ele mostra sua vitalidade e adaptação ao estar presente em terras brasileiras há muito tempo, como é apresentado por Melo Morais Filho em seu texto “Festas e Tradições Populares do Brasil” de 1888, que traz um relato da Folia de Reis da Bahia que conta com apresentações do boi e leva as pessoas para as ruas com os cantadores de Reis “cantando versos de memória e de longa data” (MORAIS FILHO, 1888 *apud* CASCUDO, 1956, p. 247).

É possível ver muitas semelhanças, desde o uso de fantasias e a presença de brincadeiras, como a dualidade de se cantar os Reis dentro das casas daqueles que o pedem e dançar com o boi nas ruas e praças públicas, junto à população que também entoia canções. Assim, costumes como esse não surgem de repente, mas vem de inspirações próximas e às vezes longínquas, que chegam através da mistura cultural que ocorre constantemente em nosso país.

A memória está intrinsicamente conectada com o patrimônio (SILVA, 2019), já que este é escolhido e considerado com base no seu significado para a história de um lugar. Por muito tempo o patrimônio material teve um lugar de maior valorização e preservação que

o imaterial, por sua visualização mais fácil e suas ações de preservação serem mais diretas e concretas. Seria mais fácil indicar um bem imóvel como palco de experiências coletivas e formativas da cultura, usando do tombamento para protegê-lo, ou bens móveis que podem fazer parte de museus e servir como uma amostra da memória de uma parte da sociedade. Já o patrimônio imaterial, como o próprio nome mostra, está em uma realidade intangível, em que é possível experienciá-lo, mas não é algo que se expõe fisicamente ou que se proíba a modificação, pois sua natureza é mutável por princípio.

Desse modo, buscando proteger essas expressões culturais tão antigas e importantes que são as Folias, foram criadas algumas estratégias de salvaguarda. Essas são apresentadas através do “Programa Estadual de Patrimônio Imaterial (PEPI)”, feito pelo Iepha/MG, em que as demandas gerais identificadas pelos pesquisadores foram: o apoio às articulações entre as folias, com a necessidade de encontros regionais, incentivo ao cadastro das folias como um trabalho contínuo, a criação de editais específicos de acordo com o que é necessário para cada grupo – como deslocamento, vestimenta e aquisição de instrumentos -, estímulo de políticas locais, solicitação ao IPHAN para registro das Folias como um Patrimônio Cultural do Brasil, elaboração de um documentário audiovisual sobre o tema, incentivo para que as gerações futuras continuem atuando junto as Folias e passando os saberes adiante, e entre muitas outras (IEPHA/MG, 2016).

A partir disso, foi feito um cronograma para que essas ações pudessem ser cumpridas e se converter em resultados visíveis para as comunidades envolvidas. Esse se realizaria por dois anos e contaria com ações que supririam boa parte das demandas citadas acima, com foco principalmente na divulgação das folias, com o documentário audiovisual, a publicação do Dossiê das Folias e a realização de um plano de Educação para o patrimônio (IEPHA/MG, 2016).

É perceptível então que já existem muitas formas para que as Folias sejam valorizadas e identificadas como patrimônio cultural imaterial, não só do estado, mas também do Brasil. As ações de salvaguarda planejadas pelo Iepha têm uma aplicação possível e que ajudaria as comunidades a levarem seu ritual adiante.

O seu longo percurso pelo tempo, ambos generalizado para todas as Folias de Minas, quanto específico para a Folia dos Coquis, a passagem do conhecimento e da tradição por várias gerações, a presença dos rituais e da performance coletiva, as marcas religiosas que agregam elementos da vida cotidiana e o significado que exerce na vida das pessoas

presentes nesse momento. Tudo isso demonstra por que houve a necessidade de patrimonialização dessa celebração e como é de essencial valor que isso aconteça para que sejam criadas e cumpridas mais ações de proteção e manutenção, e mais pessoas possam conhece-la e, assim, contribuir para que continue viva em todos os lugares que se faz presente no Brasil até um futuro muito distante.

4. Considerações finais

Assim, percebe-se como essas promessas geraram um laço que se mantém constantemente, através do pagamento dessa dívida com o sagrado, essa reciprocidade vai além de indivíduos e une as pessoas tanto dentro da família quanto fora, ao conquistar a população. O ato religioso não se manteve apenas ligado aquilo relacionado à Igreja “oficialmente”, mas, junto com a cultura popular e as vivências de cada um, pôde alcançar diferentes camadas e se expressar das diversas formas que circundam o boi de janeiro.

Não podemos deixar que as expressões religiosas populares ou tradicionais se percam, afastadas por regras hegemônicas que visam estabelecer quais são as formas corretas de manifestação de fé. A cultura que vem do povo deve ser levada adiante através da oralidade, das performances e de tantas formas múltiplas que ela é apresentada desde os primórdios do país.

Toda essa importância do boi de janeiro em Rubim serviu para que os grupos foliões recebessem apoio através da ONG Vokuim, reconhecendo e divulgando a cultura local de diferentes maneiras, como foi apresentado. Desde que Alba assumiu a diretoria da ONG, seu foco foi nessas ações educativas e de fortalecimento do patrimônio cultural municipal, com oficinas e trabalhos bibliográficos.

As Folias de Reis, além de patrimônio imaterial, são representações fluidas e mutáveis que se renovam de tempos em tempos e adquirem novas facetas para se adaptar ao momento em que acontecem. O grupo dos Pé Roxo deixou sua marca pela cidade, levou a tradição para as crianças, criando o boi mirim e inspirou várias delas a desenvolverem diferentes talentos criativos, de modo que mesmo que eles tenham parado de sair com o boi, ele continua a ser lembrado, e a família continua a pagar a promessa, mesmo sem o personagem. O boi dos Coquis passou por diferentes pessoas em sua liderança e se apresentou em diversos lugares diferentes, pelo Vale do Jequitinhonha a fora. Ele passou pela pandemia de Covid-19, sendo obrigado a ficar parado por dois anos (2021 e 2022) e sobreviveu, saindo atualmente e existindo há quase 60 anos.

São muitos anos e muitas pessoas afetadas e marcadas pela experiência de assistir ao boi, e que continuam a estar lá presencialmente demonstrando seu apoio e seu carinho, mostrando como ele teve e continua a ser uma presença positiva e nostálgica em suas vidas. Desse modo, espero que possam existir mais ações públicas de manutenção dessa expressão cultural e que haja de fato um reconhecimento do seu simbolismo para a população, tanto aquela que o criou e o leva adiante, quanto aquela que o acompanha e passa para frente esse sentimento.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Decreto n. 3.551, de 4 de ago. de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, ago. 2000. Legislação Federal.

CASCUDO, Luís da Câmara. Antologia do Folclore Brasileiro. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1956. 624 p.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. A festa em perspectiva antropológica: carnaval e os folguedos do boi no Brasil. *Artelogie*, [S. l.], n. 4, 19 jan. 2013. Disponível em: <http://cral.in2p3.fr/artelogie/spip.php?article183>. Acesso em: 8 jul. 2021.

DUTRA, Alba Valéria Freitas. Entrevista concedida a Lavínia Botelho e Brito. 27 de junho de 2023.

FONSECA, Maria Cecília L. Para Além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário. *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. São Paulo: Ed DP&A, 2003.

HALL, Stuart. *Da Diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Cadastro das Folias de Minas Gerais. Inventário das Folias de Minas*. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. *Dossiê para Registro das Folias de Minas do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 2016.

LEAL, João. O patrimônio imaterial e a antropologia portuguesa: uma perspectiva histórica. *Museus e Patrimônio Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades*, p. 289-295, 2009.

MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania*. Palestra proferida, n. 1º, 2005.

ROCHA, Gilmar. Cultura popular: do folclore ao patrimônio. *Mediações*, Londrina, v. 14, p. 218-236, jan./jun. 2009.

SANT'ANNA, Marcia. Políticas Públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In: FALCÃO, A. (org). *Registro e Políticas de Salvaguarda para as Culturas Populares*. Série Encontros e Estudos, no. 6. IPHAN/CNFCP, 2008.

SILVA, Rubens Alves da. Às margens das margens: notas sobre as noções de patrimônio, memória social e performance na ciência da informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 24, p. 149-161, 2019.

VALENTE, Ana Lúcia E. F. *O negro e a Igreja Católica: o espaço concedido, um espaço reivindicado*. Campo Grande: CECITEC/UFMS, 1994.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac & Naif, 2010.